



Universidades Lusíada

Pinho, Joana Catarina Cardoso

O efeito do temperamento no ajustamento socioemocional de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas

<http://hdl.handle.net/11067/6674>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

O presente estudo pretende compreender o efeito do temperamento no ajustamento socioemocional numa amostra de crianças portuguesas institucionalizadas e não institucionalizadas. Neste estudo, participaram 92 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos (45 institucionalizadas e 47 não institucionalizadas). Procedeu-se a uma caracterização sociodemográfica da população através da aplicação de um Questionário Sociodemográfico e recorreu-se à aplicação dos seguintes instrumentos: School...

The present study aims to understand the effect of temperament on socio-emotional adjustment in a sample of institutionalized and non-institutionalized Portuguese children. Ninety-two children, aged between 6 and 10 years, were enrolled in this study (45 institutionalized and 47 non-institutionalized). A sociodemographic questionnaire was used to characterize the participants. The following questionnaires were used: the School-Age Temperament Inventory (SATI) and the Strengths and Difficulties Q...

Palavras Chave

Psicologia, Psicologia clínica, Avaliação psicológica, Crianças institucionalizadas - Desenvolvimento cognitivo - Desenvolvimento socioemocional, Teste Psicológico - Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ), Teste Psicológico - School-Age Temperament Inventory (SATI)

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-IPCE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-30T03:15:32Z com informação proveniente do Repositório



Universidade Lusíada
Porto

O Efeito do Temperamento no Ajustamento Socioemocional de Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas.

Dissertação de Mestrado em **Psicologia Clínica**

Instituto de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

PORTO, 2022

Joana Catarina Cardoso Pinho



instituto de psicologia
e Ciências da Educação
Universidade Lusíada



Universidade Lusíada
Porto

O Efeito do Temperamento no Ajustamento Socioemocional de Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas.

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

PORTO, 2022

Joana Catarina Cardoso Pinho

Trabalho efectuado sob a orientação do/a
Professora Doutora Sara Cruz



instituto de psicologia
e Ciências da Educação
Universidade Lusíada

Agradecimentos

Concluída esta etapa tão importante, não podia deixar de agradecer a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que esta caminhada fosse tão positiva, bem como para o meu crescimento pessoal e profissional.

Começo por agradecer à Professora Doutora Sara Cruz, pela partilha de conhecimentos, pelo apoio, profissionalismo, disponibilidade, e por todo o cuidado ao longo deste tempo. Muito obrigada por tudo aquilo que tão bem me transmitiu.

Agradeço ainda a todos/as os/as docentes que contribuíram para a minha formação ao longo destes cinco anos.

Aos meus tios, pelo amor e apoio incondicional e por todos os esforços que fizeram e que me permitiram terminar esta etapa, obrigada.

Obrigado a todos os meus amigos e colegas pelo suporte, entreaajuda e incentivo durante este percurso.

Índice

Agradecimentos	1
Lista de Abreviaturas	5
Resumo	6
Abstract.....	7
Introdução.....	8
Institucionalização	9
Temperamento	11
<i>Modelos Teóricos do Temperamento</i>	12
<i>Temperamento e Desenvolvimento</i>	15
<i>Temperamento Em Crianças Institucionalizadas</i>	16
Ajustamento socioemocional	17
<i>Ajustamento socioemocional em crianças institucionalizadas</i>	17
<i>Temperamento e Ajustamento Socioemocional</i>	18
Objetivo e Hipóteses de Estudo.....	20
Método.....	21
Participantes.....	21
Instrumentos.....	22
<i>Questionário Sociodemográfico</i>	22
<i>School-Age Temperament Inventory (SATI)</i>	22
<i>Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)</i>	23
Procedimentos.....	24
<i>Recolha de dados</i>	24
<i>Análise de dados</i>	24
Resultados.....	26
Caracterização do grupo de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas....	26
Diferenças entre Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas ao Nível do Temperamento e do Ajustamento Socioemocional	27

Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Institucionalizadas	28
Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Não Institucionalizadas	29
Associação entre temperamento e ajustamento socioemocional	30
<i>Crianças institucionalizadas</i>	30
<i>Crianças Não Institucionalizadas</i>	30
Discussão	31
Diferenças entre Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas ao Nível do Temperamento e do Ajustamento Socioemocional	31
Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Institucionalizadas	32
Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Não Institucionalizadas	33
Associação entre temperamento e ajustamento socioemocional	34
Limitações do Estudo.....	35
Conclusão	36
Referências	37

Índice de Tabelas

Tabela 1	26
Tabela 2	27
Tabela 3	28
Tabela 4	29
Tabela 5	30
Tabela 6	30

Lista de Abreviaturas

AA - Apartamentos de Autonomização

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

LIJ- Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

SATI – *School-Age Temperament Inventory*

SDQ – *Strengths and Difficulties Questionnaire*

SPSS - *Software Statistical Package for The Social Scienses*

Resumo

O presente estudo pretende compreender o efeito do temperamento no ajustamento socioemocional numa amostra de crianças portuguesas institucionalizadas e não institucionalizadas. Neste estudo, participaram 92 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos (45 institucionalizadas e 47 não institucionalizadas). Procedeu-se a uma caracterização sociodemográfica da população através da aplicação de um Questionário Sociodemográfico e recorreu-se à aplicação dos seguintes instrumentos: *School-Age Temperament Inventory* (SATI) e o *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ) os quais foram preenchidos pelos cuidadores principais das crianças institucionalizadas e pelos professores das crianças não institucionalizadas. Foi realizada uma regressão linear múltipla com vista a analisar o efeito do temperamento no ajustamento socioemocional. Foram analisadas as diferenças entre os dois grupos, e foi realizada uma outra análise de diferenças em função do género, mas dentro do mesmo grupo. No que respeita às diferenças entre os dois grupos, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da Atividade, sendo que as crianças institucionalizadas pontuaram níveis significativamente superiores em relação às crianças não institucionalizadas. Os grupos foram considerados separadamente em função do género. No grupo das crianças institucionalizadas, os rapazes apresentaram níveis significativamente superiores comparativamente com as raparigas na dimensão da Atividade. Por seu turno, no grupo das crianças não institucionalizadas, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da dimensão da Reatividade e da Atividade. Adicionalmente, os nossos resultados mostram que o Temperamento não é um preditor significativo do Ajustamento Socioemocional em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas.

O presente estudo contribuiu para a literatura científica que defende um investimento em intervenções individualizadas tendo em conta o perfil de temperamento de crianças institucionalizadas.

Palavras-chave: Institucionalização, Temperamento, Ajustamento Socioemocional

Abstract

The present study aims to understand the effect of temperament on socio-emotional adjustment in a sample of institutionalized and non-institutionalized Portuguese children. Ninety-two children, aged between 6 and 10 years, were enrolled in this study (45 institutionalized and 47 non-institutionalized). A sociodemographic questionnaire was used to characterize the participants. The following questionnaires were used: the School-Age Temperament Inventory (SATI) and the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) which were completed by the primary caregivers of institutionalized children and by teachers of non-institutionalized children. A multiple linear regression was performed to analyze the effect of temperament on socio-emotional adjustment. Differences between the two groups were analyzed, and another analysis of differences by gender was performed, but within the same group. Comparing the differences between the two groups, there were statistically significant differences in terms of Activity, with institutionalized children scoring significantly higher than non-institutionalized children. The groups were considered separately according to gender. In the group of institutionalized children, boys showed significantly higher levels compared to girls in the Activity dimension. In turn, in the group of non-institutionalized children, there are statistically significant differences in terms of the dimension of Reactivity and Activity. Additionally, our results show that Temperament is not a significant predictor of Socioemotional Adjustment in institutionalized and non-institutionalized children.

This study contributes to the scientific literature that support individualized interventions, in particular considering the temperament characteristics of institutionalized children.

Keywords: “Institutionalization”, “Temperament”, “Socioemotional Adjustment”

Introdução

A institucionalização surge como uma opção que proporciona cuidados a crianças que têm as suas vidas marcadas por inúmeras situações difíceis, como maus-tratos, negligência ou abandono. Embora seja a que mostra uma maior expressão, em Portugal, esta resolução é considerada em último caso (Carvalho & Manita, 2010). Paralelamente, Whittaker e Maluccio (2002) são defensores de que se devia perder a ideia de ser evitada a colocação em acolhimento residencial e estipular, com base em evidências, os casos em que a permanência temporária de uma criança/jovem em algum tipo de acolhimento pode ser uma intervenção relevante e vantajosa.

Partindo da investigação científica, a institucionalização de crianças e jovens pode ser percecionada como um fator de risco ou como um fator protetor para a sua trajetória desenvolvimental. As evidências revelam que as crianças e jovens acolhidas aproximam-se de experienciar mais efeitos negativos no seu desenvolvimento quando comparados com crianças e jovens não institucionalizados, visto que experienciam um maior número de acontecimentos traumáticos ao longo da vida (Couceiro, 2013). O que significa que para muitas crianças e jovens, o método de institucionalização e, por conseguinte, o afastamento da família tem como consequência sentimentos de abandono (Dell'Aglio, 2000; Mota & Matos, 2010), perda, solidão, vazio (Amado et al., 2003), tristeza, saudade, inseguranças e medos (Hecht & Silva, 2009). Apesar disso, outros estudos denotam que a institucionalização pode concorrer para efeitos positivos no desenvolvimento de crianças com problemas emocionais e comportamentais (Cordovil et al., 2011; James et al., 2012; Whetten et al., 2014). Ainda neste sentido, numa meta-análise realizada por Harder et al., (2007), verificou-se que crianças e jovens, após um período de institucionalização, melhoraram o seu funcionamento psicossocial. Mesmo depois de um longo período de permanência numa instituição a criança pode ser capaz de atingir um funcionamento intelectual dentro dos parâmetros normais (Kreppner et al., 2007). Considera-se que as pessoas que convivem com estas crianças e jovens institucionalizados começam a constituir-se como as suas redes de apoio afetivo e social, tornando a instituição o seu ambiente principal (Siqueira et al., 2006; Yunes et al., 2004). Portanto, embora a institucionalização esteja comumente relacionada a sofrimento, os acolhimentos institucionais podem gerar um espaço seguro e protetor, possibilitando relações satisfatórias (Siqueira et al., 2006).

Para além disso, existem evidências de que o temperamento pode ser influenciado por ambientes disfuncionais, tendo em conta estudos de crianças institucionalizadas relacionados com menor atividade, sociabilidade e negativamente mais afetadas do que as crianças não institucionalizadas (Zeanah & Fox, 2004). Deste modo, as características de temperamento têm sido reconhecidas como preditores importantes para o desenvolvimento de problemas socioemocionais, como sintomas de internalização e externalização (Kagan & Fox, 2006; Pérez-Edgar & Fox, 2005; Rothbart & Bates, 2006). No entanto, não há uma relação direta entre predisposições temperamentais e esses resultados, o que faz com que outros agentes também ajudem no desenvolvimento de problemas internalização e externalização. Além disso, outros estudos empíricos indicam que existem outros fatores (i.e., autorregulação) que regulam as relações entre o temperamento e os resultados socioemocionais (Eisenberg et al., 2011; Rothbart, 2011; Rothbart & Bates, 2006).

Tendo em conta esta problemática, a presente investigação pretende compreender o efeito do temperamento no ajustamento socioemocional numa amostra de crianças portuguesas institucionalizadas e não institucionalizadas.

Institucionalização

Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99), tem como missão proteger as crianças de situações onde é percebido que os seus direitos fundamentais estão em causa. Esta é aplicada a crianças e jovens até aos 18 anos, que vivam ou se encontrem em território nacional e sejam tidas como estando numa situação de perigo.

A respeito disto, a medida de acolhimento em instituição pode ser realizada em Unidades de Emergência (UE) e Casas de Acolhimento de Emergência (AE), em Centros de Acolhimento Temporário (CAT), Lares de Infância e Juventude (LIJ), Apartamentos de Autonomização (AA), Centros de Apoio à Vida (CAV) ou Lares Residenciais (LR). Estas respostas sociais têm de equivaler a uma intervenção de natureza e duração distintas, conforme a legislação (Instituto da Segurança Social, 2020).

No ano de 2020 estavam 6.706 crianças e jovens acolhidas nas diferentes respostas sociais em Portugal. A maior incidência de acolhimentos verificou-se nas casas de acolhimento generalista, particularmente na resposta LIJ e CAT 5.739 (86%), sendo nos LIJ onde se encontra a maior percentagem de crianças e jovens acolhidas (58,2%). Ainda

nesse ano, encontravam-se 202 crianças e jovens em acolhimento familiar, o que corresponde a 3% do total das situações de acolhimento. Após uma análise do período temporal de 2010 a 2020, observou-se um decréscimo contínuo no número de crianças e jovens acolhidos nesta resposta (Instituto da Segurança Social, 2020). De acordo com estes dados, observa-se que o acolhimento familiar tem maior expressão na região norte do país (Porto, Vila Real, Braga e Viana do Castelo), uma vez que acolhe 62% das crianças e jovens a beneficiar desta resposta (Instituto da Segurança Social, 2020). Adicionalmente, ainda nesse ano, ocorreu um decréscimo de 5% do número de crianças e jovens em acolhimento relativamente ao ano transato, o que se deduziu, em termos de género, numa diminuição de 3% no sexo feminino e 6% no masculino (Instituto da Segurança Social, 2020).

Por conseguinte, a institucionalização perturba as crianças uma vez que são evidentes resultados desenvolvimentais distintos em diferentes domínios (físico, intelectual, social, emocional e comportamental) (Maclean, 2003). Conforme o mencionado, o tempo de institucionalização também tem sido associado a maiores dificuldades emocionais e comportamentais (Tottenham et al., 2010), com indicadores que revelam que longos períodos de institucionalização estão articulados a competências de regulação emocional mais frágeis (Tottenham et al., 2010).

Apesar da institucionalização ser vista como um fator de risco para o desenvolvimento das crianças, é relevante frisar que esta não leva inevitavelmente a psicopatologia, uma vez que depende de todas as variáveis que irão influenciar uma melhor ou pior adaptação da criança à casa de acolhimento residencial (Zurita & Del Valle, 2005). Podendo assim afirmar-se que as consequências não são diretas, tendo de se ter em conta a plasticidade do organismo humano, assim como as diferenças individuais e relacionais (Pereira et al., 2010).

Diante desse quadro, um dos fatores mais importantes para um melhor desenvolvimento da criança é a capacidade das casas de acolhimento providenciarem boas experiências relacionais e continuadas no tempo (Pinhel et al., 2009). Deste modo, o contexto residencial, deve cumprir um papel terapêutico na reparação dos traumas e danos emocionais, com vista à melhoria da capacidade de vinculação e de relacionamento interpessoal das crianças (Instituto da Segurança Social, 2020).

Dentro desta perspectiva, cabe ao acolhimento institucional proteger a criança/jovem do perigo iminente, dispor de um ambiente que promova o seu desenvolvimento e disponibilizar programas terapêuticos e reeducativos resultantes das condições eventualmente experienciadas pelas crianças numa fase anterior ao acolhimento ou motivadas pela própria medida de proteção (Mersky & Janczewski, 2013).

Tendo em consideração o supracitado, importa perceber que dimensões contribuem para o ajustamento destas crianças, pretendendo assim com este estudo contribuir para informar e acrescentar à literatura científica. Neste sentido, o temperamento é relevante na medida em que os traços de temperamento têm influência sobre o desenvolvimento do ajustamento comportamental e socioemocional (Putnam et al. 2002). Como este emerge na infância e se torna estável na primeira infância ressalta a possibilidade de detetar e intervir precocemente, por forma a prevenir psicopatologia (Sanson et al., 2004; Smart & Sanson, 2005).

Temperamento

O temperamento constitui-se por diferenças individuais de reatividade e autorregulação, consideradas nos domínios de emocionalidade, atividade motora e atenção, uma vez que são manipuladas ao longo do tempo pela hereditariedade, maturação e experiência (Rothbart, 2004). Assim, o temperamento descreve-se como uma variável individual que interage com variáveis ambientais e influencia percursos desenvolvimentais de crianças (Klein & Linhares, 2010; Willoughby et al., 2015).

Sob esta ótica, o temperamento é passível de transformação ao longo do processo de desenvolvimento, embora seja relativamente estável (Linhares et al., 2013; Rothbart & Putnam, 2002). Dessa forma, há indicadores que nos dizem que o ambiente pode exercer influência sobre o temperamento (Melchiori et al., 2007).

No que tange à regulação emocional, esta está relacionada com a competência das crianças em controlar grandes níveis de excitação ou reatividade, por forma que, interações sociais recíprocas se concretizem (Kim-Spoon et al., 2013).

A regulação emocional admite instaurar, originar e organizar o comportamento adaptativo, exercendo assim um papel crucial no ajustamento socioemocional, uma vez que permite a diminuição do stress e o comportamento desadaptativo (Kim-Spoon et al., 2013). Dentro desta perspectiva, as complexidades na regulação da emoção levam

frequentemente à psicopatologia, particularmente a problemas de externalização e internalização em crianças (Chaplin et al., 2005; Eisenberg et al., 2010; Yap et al., 2007). Na sequência deste raciocínio, a exposição a eventos stressantes, assim como experiências de vida adversas, são uns dos fatores de risco mais predominantes para o desenvolvimento de défices na regulação da emoção e comportamentos desadequados (Compas et al., 2017; Evans et al., 2013; Kushner, 2015).

Modelos Teóricos do Temperamento

O estudo do temperamento infantil, ficou marcado por estudos como o de Chess e Thomas (1995), Buss e Plomin (1984), Rothbart (1981) e o estudo de Kagan et al., (1998), que apresentam diferentes conceptualizações no estudo do mesmo.

Conhecido como a abordagem estilística do temperamento, o estudo de Chess e Thomas (1995), decorreu da investigação do *The New York Longitudinal Study* e ficou conhecida pela definição de três estilos de temperamento – fácil, difícil e de adaptação lenta. Tendo em conta esta abordagem, os autores tentaram compreender como é que o temperamento infantil se revela tendo em conta o comportamento que a criança exhibe (Klein & Linhares, 2010).

Deste modo, as crianças com um temperamento fácil (cerca de 40%) são descritas como regulares a nível fisiológico (padrões de sono, alimentares e de eliminação), que se adaptam facilmente a mudanças, são cooperantes face às tarefas impostas e que possuem um humor geralmente positivo. No entanto, estas crianças caracterizadas como “fáceis” apresentam uma capacidade em desenvolver determinado tipo de competências no agir social, e por isso não se caracterizam simplesmente por reagir de forma otimista às circunstâncias (Thomas & Chess, 1995). Por outro lado, as crianças com um estilo de temperamento difícil (cerca de 10%), são biologicamente irregulares, precisam de mais tempo para se adaptarem a mudanças e a situações novas (i.e., pessoas que não conhecem, novos alimentos, ...) e perante situações novas tendem a reagir de forma negativa. Dentro desta perspetiva, as crianças que possuem estas características apresentam uma maior vulnerabilidade para desenvolver problemas de comportamento, independentemente da influência do ambiente (De Pauw & Mervielde, 2010). Por fim, as crianças que apresentam um estilo de temperamento de adaptação lenta (cerca de 15%) quando são confrontadas com situações novas tendem a reagir negativamente com uma intensidade moderada, no entanto acabam por consentir e revelar interesse favorável após repetidas exposições. Tendo em conta as suas particularidades, estas crianças são moderadamente

regulares no que respeita às rotinas biológicas e podem ser interpretadas como crianças tímidas (Thomas & Chess, 1995). Ainda assim, existem aproximadamente 30% a 35% de crianças que não se encaixam em nenhum destes estilos, uma vez que apresentam combinações variadas das diferentes dimensões. (Thomas & Chess, 1995).

Ainda considerando esta perspetiva, surgem nove dimensões, tendo sido denominadas pelos autores como: atividade (atividade física), regularidade (antecipação do comportamento), adaptabilidade (resposta a mudanças no ambiente), aproximação-afastamento (resposta à novidade), distratibilidade (eficácia do estímulo externo na alteração do comportamento da criança), limiar da capacidade de resposta (quantidade de estímulo que é preciso para evocar uma resposta), qualidade do humor (quantidade de sentimentos positivos e negativos), intensidade de reação (nível de energia da resposta) e persistência na tarefa (período de tempo e manutenção da atividade exercida pela criança), uma vez que são consideradas relevantes para entender as diferenças individuais no comportamento das crianças. (Thomas & Chess, 1995)

Uma outra abordagem do estudo do temperamento é a abordagem psicobiológica de Rothbart (1981), que defende que o temperamento é composto por dois componentes, sendo eles a reatividade e a autorregulação. De acordo com esta autora, o temperamento consiste em diferenças individuais com base constitucional na reatividade e autorregulação, nos âmbitos do afeto, atividade e atenção. O termo constitucional está relacionado com as bases biológicas do temperamento, as quais são reiteradamente influenciadas pela hereditariedade, maturação e experiência. Por outro lado, a reatividade diz respeito às características da responsividade individual a mudanças de estimulação externa ou interna. Com efeito, a autorregulação, representa os mecanismos usados pelo indivíduo para controlar suas reações emocionais e comportamentais a fontes de estimulação positiva ou negativa (Rothbart, 2004). De destacar que esta é a abordagem mais utilizada para o estudo do temperamento infantil (Cosentino-Rocha & Linhares, 2013; Klein & Linhares, 2010).

Seguidamente, na abordagem Categorical de Buss e Plomin (1984), o temperamento é tido como um conjunto de traços hereditários, constituído, inicialmente, por quatro categorias: a emocionalidade (intensidade de emoção), a atividade (quantidade de atividade motora), a sociabilidade (proximidade aos outros) e a impulsividade (vivacidade vs inibição) (De Pauw & Mervielde, 2010). Neste sentido, a emocionalidade caracteriza-se pela vivência de sentimentos de medo, raiva e tristeza e instabilidade

psicológica. A atividade está relacionada ao tempo e resistência nas tarefas. A sociabilidade refere-se à capacidade de partilhar atividades, à atenção recebida pelos outros e à capacidade do indivíduo reagir face aos outros. O último critério não foi desenvolvido devido aos autores terem percebido que a impulsividade não surge até ao período da idade escolar, o que contradiz o que inicialmente defendiam com a sua teoria (De Pauw & Mervielde, 2010).

Finalmente, a abordagem comportamental de Kagan et al., (1998), é definida pelo entendimento dos comportamentos com base nas reações fisiológicas da criança, por outras palavras, o temperamento é entendido como um padrão de comportamentos. Na visão deste autor existem dois tipos de perfis de comportamento, sendo elas as crianças inibidas e as desinibidas, que desenvolvem padrões de aproximação ou de afastamento durante a infância. Contudo, a existência de um padrão de inibição em algumas crianças, não quer dizer que elas se vão desenvolver necessariamente como adultos tímidos e ansiosos, uma vez que esta predisposição biológica de inibição, pode fazer com que aprendam a fortalecer estratégias para encarar este comportamento (Kagan et al., 1998).

No que tange ao temperamento, existem inúmeras definições, pontos de vista quanto à sua estrutura e componentes, bem como quanto à sua avaliação (Carranza & Salinas, 2003; Goldsmith et al., 1987). Ainda assim, parece consentido considerar que o temperamento é um construto constitucional e com base biológica que está subjacente ao estilo de comportamento do indivíduo (Chess & Thomas, 1986) e que se mantém constante em diferentes contextos (McClowry, 1995), embora seja mais facilmente observável em situações novas e/ou stressantes.

No âmbito deste estudo, a definição de temperamento que mais se enquadra é a de McClowry (1995), a autora identificou quatro dimensões que surgem de forma consistente: a persistência, a reatividade negativa, a sociabilidade (aproximação/afastamento) e a atividade. Desse modo, a persistência revela o grau de auto-direção pessoal que a criança tem no cumprimento de tarefas ou outras responsabilidades. A reatividade negativa (ou emocionalidade) retrata a intensidade e a frequência com que a criança expressa afetos negativos (i.e.: raiva, medo). Já a aproximação/afastamento (ou sociabilidade) representa a resposta inicial da criança perante pessoas desconhecidas e situações novas. Por último, a atividade que está relacionada com a agitação motora McClowry (1995).

A autora procurou ainda desenvolver perfis de temperamento com recurso às dimensões derivadas do *School-Age Temperament Inventory* - SATI (1995), tendo encontrado quatro perfis de temperamento. O primeiro perfil, denominou-o de “ativação elevada” que se caracteriza pela atividade e reatividade negativa elevada e baixa persistência na tarefa. O segundo perfil McClowry (2002) designou como “cauteloso” inclui elevado afastamento (baixa sociabilidade) e elevada reatividade negativa. De seguida, o terceiro perfil ficou denominado como “empreendedor” e inclui o tipo de crianças que possui uma baixa atividade e reatividade negativa e uma elevada persistência de tarefa. Em suma, o quarto perfil apelidado de “sociável” descreve as crianças que possuem uma elevada sociabilidade e uma baixa reatividade negativa. Na visão da autora os perfis “ativação elevada” e “cauteloso” são encarados como desafiantes, enquanto os perfis “empreendedor” e “sociável” são os que incluem as crianças geralmente caracterizadas como fáceis (McClowry, 2002).

É visível uma falta de consenso acerca de qual o melhor modelo teórico para explicar o temperamento (Goldsmith et al., 1987), motivo pelo qual a literatura aparece tão fragmentada. Porém, talvez a causa que está na base desta aparente fragmentação seja, não uma falta de consenso sobre os construtos primários de estudo, mas sim uma propensão, por parte dos pesquisadores, de nomear os mesmos construtos de forma diferente nos vários modelos teóricos (Rothbart et al., 2000).

Temperamento e Desenvolvimento

Vários são os estudos que relacionam as diversas dimensões do temperamento, com resultados desenvolvimentais, embora a maioria destes estudos se centre no domínio da psicopatologia (Rothbart et al., 1998). Por esta razão, um instrumento capaz de caracterizar o temperamento da criança em idade escolar (SATI) é muito útil para identificar como é que o temperamento funciona enquanto fator de risco ou proteção relativamente ao seu desenvolvimento psicológico (McClowry, 1995).

De facto, várias são as investigações que têm dado ênfase ao efeito negativo da institucionalização no desenvolvimento da criança (Jonhson et al., 2006; Maclean, 2003; Nelson et al., 2007; Rutter et al., 2004; Smyke et al., 2007; Windsor et al., 2007). Porém, a duração da mesma (O’Connor et. al., 2000; Zenanh et al., 2005), e a qualidade da prestação de cuidados (Smyke et al., 2007) têm sido considerados como fatores bastante relevantes na recuperação das capacidades desenvolvimentais das crianças institucionalizadas.

As características de temperamento, tais como a reatividade negativa, a sociabilidade e a persistência, tendem a surgir precocemente, e parecem influenciar o desenvolvimento ao longo da vida, por isso é que alguns investigadores deram ênfase à compreensão do temperamento infantil (Forbes et al., 2016). Neste contexto, a reatividade negativa revela a intensidade com que uma criança responde à frustração. A sociabilidade é a tendência de uma criança ser desinibida ao conhecer novas pessoas bem como em situações novas (Lahey et al., 2008) e a persistência é caracterizada como o grau em que uma criança consegue permanecer na tarefa e controlar a sua atenção, apesar de existirem distrações e complicações (Sanson et al., 2004; Sanson & Oberklaid 2013; Sanson et al. 1987; Smart & Sanson, 2005).

Neste âmbito, o desenvolvimento da criança pode ser influenciado em alguns domínios como os padrões de interação adulto-criança (i.e., Kivijarvi et al., 2004), a cognição e linguagem (i.e., Spere et al., 2004) e o comportamento (i.e., Ramos et al., 2005) tendo em conta determinadas características do temperamento.

Temperamento Em Crianças Institucionalizadas

No que respeita ao temperamento em crianças institucionalizadas, de uma forma geral, têm sido encontrados resultados negativos a nível comportamental e emocional.

Num estudo realizado na Grécia, com 86 crianças institucionalizadas (42 meninos com uma média de idades de 13 meses e 44 meninas com uma média de idades de 13.1 meses) e 41 não institucionalizados (21 meninos com 13.6 meses de idade e 20 meninas com 14.1 meses) verificou-se que as crianças que vivem em instituições foram classificados pelos seus cuidadores como mais tímidos, com mais afeto negativo, menos ativos e menos sociáveis comparativamente a um grupo de crianças não institucionalizadas (Vorra et al., 2003).

Evidentemente que crianças com um temperamento difícil em condições desfavoráveis tendem a revelar resultados emocionais e comportamentais mais negativos (Cruz et al., 2018; De Schipper et al., 2004; Rothbart & Bates, 2006).

Posto isto, Zeanah e Fox (2004) levantaram a hipótese de que crianças que são temperamentalmente difíceis e que estão institucionalizadas podem ser menos capazes de obter cuidados e proteção adequados, aumentando ainda mais as práticas de negligência e/ou crueldade.

Um fator presente na literatura como apresentando risco de adaptação em variados domínios do desenvolvimento, principalmente na dimensão emocional, é a exposição precoce a ambientes familiares adversos (Kim & Cicchetti, 2010).

Ajustamento socioemocional

O ajustamento socioemocional refere-se à habilidade de um indivíduo se adaptar a um evento ou mudança na vida, conseguindo um nível de equilíbrio entre as necessidades de um indivíduo e as exigências do ambiente (Madariaga et al., 2014). Refere-se às competências que o indivíduo possui para suportar dificuldades, que funcionam como fator protetor face ao desenvolvimento de psicopatologia (Sousa et al., 2020). Este pode ser identificado na ausência de problemas de internalização e externalização, bem como de comportamentos pró-sociais. Os problemas de externalização estão associados à agressividade, hiperatividade, comportamento disruptivo e desafio, e por outro lado os problemas de internalização referem-se à ansiedade, afastamento social e depressão. Como a literatura explica, tanto os comportamentos de externalização quanto os de internalização desenvolvem-se geralmente na primeira e na segunda infância (Rabinowitz et al., 2016) e exibem estabilidade nos estágios seguintes do desenvolvimento (Davis et al., 2014; Lewis & Plomin, 2015), colocando o indivíduo em risco de desenvolver psicopatologia e trajetórias antissociais (Bornstein et al., 2013; Fanti & Henrich, 2010).

Os conceitos de problemas de internalização e externalização, foram desenvolvidos por Achenbach (1966, 1991), o autor explicou que os sintomas de internalização se referem a problemas de abstinência, queixas somáticas e ansiedade/depressão, enquanto os sintomas de externalização consistem em comportamento delinquentes e agressivo

Tendo em conta o supracitado, o ajustamento socioemocional e a regulação emocional são âmbitos de acrescida preocupação para crianças que estão institucionalizadas (Gunnar et al., 2000; Tottenham et al., 2010).

Ajustamento socioemocional em crianças institucionalizadas

As crianças que se encontram institucionalizadas carregam consigo um percurso de vida adverso, com vivências marcadas pelo abandono, negligência, perdas, carência socioeconômica, o que leva a que elas sejam caracterizadas como crianças e jovens de

risco, vulneráveis do ponto de vista social, afetivo e emocional (Dell'Aglio, 2000; Mota & Matos, 2010; Cordeiro, 2009).

De forma idêntica, a dominância de dificuldades emocionais e de problemas de comportamento em crianças e jovens institucionalizados (Burns et al., 2004) tornam indispensável o recurso a serviços de saúde mental (Stahmer et al., 2005), cuja resposta é frequentemente tida como insuficiente face às necessidades evidenciadas.

As dificuldades na regulação emocional das crianças que estão institucionalizadas são amplamente presentes na literatura, uma vez que as experiências familiares adversas das crianças estão fortemente associadas ao aumento da desregulação emocional que pode levar a problemas de ajustamento (Eisenberg et al., 2001, 2010; Schatz-stevens et al., 2015; Sousa et al., 2020). Para além disso, a duração da institucionalização tem sido associada a maiores problemas de ajustamento socioemocional, pois está comprovado que períodos continuados de institucionalização estão associados a resultados de desenvolvimento mais pobres (Sousa et al., 2020; Tottenham et al., 2010).

Neste ponto de vista, no que respeita às diferenças entre sexos, os problemas de externalização e a hiperatividade/défice de atenção tendem a ser mais comuns nos rapazes, enquanto os comportamentos de internalização são mais frequentes nas raparigas (Achenbach et al., 2016; Barkley, 1998; Casper & Card, 2016; DuPaul & Stoner, 2003; Faraone et al., 2015; Kramer et al., 2007; Rosenfield, 2000).

No entanto, existem evidências de que a institucionalização pode ter um efeito positivo em casos de perturbações emocionais e comportamentais graves. Com recurso ao envolvimento da família, alguns programas terapêuticos de índole comportamental, evidenciam resultados positivos a curto prazo, sendo que evidências do seu impacto a longo prazo são pouco consistentes (Knorth et al., 2008).

Temperamento e Ajustamento Socioemocional

O temperamento pode ser influenciado pela exposição ao risco, levando a taxas mais elevadas de comportamento problemático. Uma vez que todas as crianças são diferentes, é normal que as suas diferenças individuais moderem o efeito do risco contextual ao nível do seu ajustamento, uma vez que determinadas características vão aumentar ou diminuir o impacto deste risco (Flouri et al., 2014; Lengua, 2002). Por exemplo as crianças que detêm um baixo auto-controlo e que se encontram em contextos de alto risco apresentam uma baixa capacidade de ajustamento, no entanto aquelas que

possuem alto nível de auto-controlo demonstram um ajustamento idêntico às crianças que vivem em contextos de baixo risco (Flouri et., al 2014; Lengua, 2002).

Os estudos de temperamento têm sido úteis para identificar quais características da criança estão associadas ao desajustamento. Nesse sentido, as crianças em idade escolar que se apresentavam emocionalmente intensas, pouco persistentes e excessivamente ativas foram descritas em relatos maternos e paternos como sendo mais propensas a serem percebidas pelos seus pais como mais desajustadas do que aquelas com temperamentos mais fáceis (Brody et al., 1988).

Neste sentido, o temperamento demonstrou uma associação com problemas de comportamento em diversos estudos. Os problemas de comportamento de externalização apresentam-se relacionados com níveis de atividade mais altos (De Pauw et al., 2009), menor capacidade de auto-controlo (De Pauw et al., 2009; Schlotz et al., 2008; Zhou et al., 2008), maior extroversão (Berdan et al., 2008; De Pauw et al., 2011), altos níveis de raiva e frustração (Zhou et al., 2008) e altos níveis de afeto negativo. Por sua vez, os problemas de comportamento de internalização mostram-se ligados a níveis elevados de afeto negativo (De Pauw et al., 2009; De Pauw et al., 2011) e baixa capacidade de auto-controlo (De Pauw et al., 2011).

Foi realizado um estudo com crianças turcas onde foi perceptível que as meninas apresentam maiores níveis de competência social e os rapazes maiores níveis de comportamentos de externalização (Walker, 2005; LaFreniere et al. 2002).

Dentro desta temática e dado o seu interesse, muitos investigadores examinaram como é que o temperamento da primeira infância se relacionava futuramente com problemas de internalização e externalização ao longo da infância e adolescência. Alguns estudos apontam que altos níveis de reatividade na infância predizem altos níveis de sintomas de internalização (Letcher et al.,2009; Smart et al., 2007) e de externalização (Muris et al.,2007; Sanson et al., 2004; Smart et al.,2007; Young Mun et al., 2001). Em disparidade, a sociabilidade diverge entre problemas de internalização e externalização, uma vez que baixos níveis de sociabilidade predizem medo, afastamento social, evitamento e, por isso, sintomas de internalização elevados (Leve et al.,2005; Prior et al., 2000; Putnam & Stifter,2002; Sanson et al., 2004; Young Mun et al., 2001), mas paralelamente atuam como fator protetor para o desenvolvimento de problemas de externalização (Smart & Sanson, 2005; Schwartz et al.,1996). Da mesma forma, o oposto

também pode ser real, foi descoberto que grandes níveis de sociabilidade predizem destemor e impulsividade e, portanto, atuam como um fator de risco para problemas de externalização (i.e., Degnan et al., 2011; Hane et al., 2008; Stifter et al., 2008).

No que respeita à persistência esta está relacionada com níveis mais baixos de comportamentos de externalização, provavelmente através dos níveis mais altos de regulação da atenção (Leve et al., 2005; Muris et al., 2007; Sanson et al., 2004; Smart et al., 2007; Young Mun et al., 2001).

No que tange ao nível de Atividade, até à segunda infância este foi negativamente relacionado aos problemas com os pares, sugerindo que, pelo menos durante o período da primeira infância, o nível de atividade é um fator positivo no desenvolvimento social (Benish-Weisman et al., 2009). Acresce ainda que a depressão tem sido associada a baixos níveis de atividade (Jerstad et al., 2010).

Quanto à reatividade negativa e a sua relação com problemas de comportamento, alguns autores já tentaram definir diferentes caminhos entre características temperamentais e problemas externalização/ internalização, sendo a raiva mais associada a problemas externalização (Muris et al., 2007; Rydell et al., 2003), e o medo mais relacionado a problemas de internalização (Muris et al., 2007).

Objetivo e Hipóteses de Estudo

Este estudo tem como principal objetivo compreender o efeito do temperamento no ajustamento socioemocional numa amostra de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas.

Tendo em conta o objetivo traçado foi formulada a seguinte questão de investigação geral: “Qual o efeito do temperamento no ajustamento socioemocional em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas?”. Espera-se que o temperamento seja preditor do ajustamento socioemocional.

Desta forma, altos níveis de reatividade negativa e atividade predizem desajustamento socioemocional. Por seu turno, altos níveis de persistência predizem ajustamento socioemocional. No caso da Sociabilidade, esta tanto prediz de ajustamento como de desajustamento socioemocional, uma vez que baixo nível de Sociabilidade (i.e., medo), prediz problemas de internalização, e altos níveis de sociabilidade (i.e., destemor, impulsividade) problemas externalização. É expectável que as crianças

institucionalizadas apresentem mais problemas ao nível do ajustamento socioemocional quando comparadas com as crianças não institucionalizadas.

Complementarmente, interessa-nos compreender de que forma variáveis sociodemográficas, como o sexo, estão relacionadas com o temperamento e o ajustamento socioemocional, em ambos os grupos. Deste modo, é formulada a seguinte questão: “Quais as diferenças ao nível do temperamento e ajustamento socioemocional em função do género das crianças institucionalizadas e não institucionalizadas?”. De igual forma, espera-se que o temperamento e ajustamento socioemocional variem em função do sexo em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Em particular, é esperado que as crianças do sexo masculino tenham mais problemas relacionados com o ajustamento socioemocional do que as do sexo feminino.

Método

Participantes

Este estudo contou com a participação de 100 crianças portuguesas, sendo que 50 se encontravam institucionalizadas e 50 não institucionalizadas, com idades compreendidas entre 6 e 10 anos.

As crianças que se encontram institucionalizadas (n = 45, 23 meninos e 22 meninas) foram encaminhadas pelo Serviço de Proteção à Criança, após terem sido vítimas de abusos por parte dos pais, tendo sido institucionalizadas, por ordem judicial. No que respeita aos critérios de exclusão, foram excluídas as crianças com atrasos no desenvolvimento. Para além disso, cinco crianças foram retiradas da amostra, devido a adoção ou ao retorno à família biológica aquando da recolha de dados. Destas crianças, 24 (57%) viviam em acolhimento residencial há mais de um ano, enquanto as restantes 18 (43%) estavam institucionalizadas há menos de um ano (não tivemos acesso a esta informação para as restantes crianças). Todas as crianças foram afastadas das suas famílias biológicas devido a experiências de abuso ou negligência, sendo que duas (4%) sofreram abuso emocional, 23 (46%) foram vítimas de negligência, quatro (8%) de abuso físico e emocional e 16 (32%) de maus-tratos físicos e negligência.

O grupo não institucionalizado (n = 47, 24 meninos e 23 meninas) vivia com sua família biológica e não apresentava qualquer histórico de abuso ou negligência. Estas crianças foram recrutadas em escolas públicas da área metropolitana do Porto e, com o auxílio dos seus professores, pode-se constatar que não sofreram experiências de abusos ou abandono e não apresentam atrasos de desenvolvimento. Três crianças foram excluídas

da amostra, pois mudaram de escola ou seus pais não deram consentimento para sua participação no estudo.

Os dois grupos foram emparelhados tendo em conta a idade (institucionalizados: $M = 8.2$, $DP = 1$; não institucionalizados: $M = 8.4$, $DP = 1$) e sexo. Apesar do esforço para comparar a educação dos pais nos dois grupos, observaram-se diferenças estatisticamente significativas relativamente a esta dimensão, $t(90) = -3.93$, $p < .001$ (pais de crianças institucionalizadas: $M=4.93$, $DP=3$; e pais de crianças não institucionalizadas: $M = 7.4$, $DP = 3$).

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

Foi através do preenchimento deste questionário que se conseguiu obter os dados demográficos das crianças, preenchido pelos professores e pelos cuidadores responsáveis da instituição, respetivamente para as crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Este permitiu a obtenção de informações acerca da institucionalização, processo, contatos com a família biológica, rede de apoio social e historial médico (doenças/problemas físicos).

School-Age Temperament Inventory (SATI) (Lima et al., 2010; McClowry, 1995).

Foi utilizada a versão portuguesa do *School-Age Temperament Inventory* (SATI) (Lima et al., 2010; McClowry, 1995) para avaliar o temperamento das crianças. O SATI foi preenchido por um/a professor/a, para as crianças não institucionalizadas, e pelo/a cuidador/a, para as crianças institucionalizadas.

Este questionário avalia as dimensões do temperamento em crianças com idade entre 8 e 11 anos. É composto por 38 itens, medidos numa escala de *Likert* de cinco pontos (1 = nunca; 5 = sempre). Existem quatro subescalas que resultam dele: reatividade negativa, persistência da tarefa, sociabilidade e atividade. A reatividade negativa retrata a frequência e a intensidade com que as crianças expressam afeto negativo (i.e., presença de choro, expressões de frustração, ...). A persistência da tarefa indica a autodireção e o envolvimento das crianças durante a execução de uma tarefa ou outra responsabilidade. A sociabilidade representa as respostas de socialização da criança perante situações e pessoas familiares ou não, enquanto a atividade está relacionada com o nível de movimento motor.

A pontuação total de cada subescala é obtida somando-se os pontos de cada item e dividindo-a pelo número total de itens pertencentes a cada subescala. O Alfa de *Cronbach* produziu resultados de alta consistência para todas as subescalas SATI (reatividade negativa = .96; persistência da tarefa = .97; sociabilidade = .88 e atividade = .88). No entanto, a pontuação total da escala não gerou confiabilidade aceitável (.62) e, portanto, não foi considerada neste trabalho.

Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) (Fleitlich et al., 2004; Goodman, 1997)

Foi utilizada a versão portuguesa do *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ) (Fleitlich et al., 2004; Goodman, 1997) por forma a avaliar o ajustamento socioemocional, sendo que foi preenchido pelo/a professor/a para o grupo das crianças não institucionalizadas e pelo/a cuidador/a, para o grupo das crianças institucionalizadas.

O SDQ é um pequeno questionário de triagem comportamental usado para crianças entre 4 e 17 anos. Inclui 25 itens, medidos numa escala de *Likert* de 3 pontos (0 = “não é verdade”; 1 = “é um pouco verdade”; 2 = “é muito verdade”), organizados em cinco subescalas, com cinco itens cada: problemas emocionais (i.e., “Preocupo-me muito”), problemas de comportamento (i.e., “Ando sempre à pancada. Consigo obrigar os outros a fazer o que eu quero”), hiperatividade e desatenção (i.e., “Sou irrequieto/a, não consigo ficar quieto/a muito tempo”), problemas relacionais com os pares (i.e., “As outras crianças ou jovens metem-se comigo, ameaçam-me ou intimidam-me”), e comportamentos pró-sociais (i.e., “Gosto de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente”). A pontuação de cada subescala é calculada pela soma dos cinco itens correspondentes. Além disso, a soma das pontuações das quatro subescalas anteriores (excluindo a escala de comportamentos pró-sociais) permite calcular o total de dificuldades que corresponde à pontuação total da escala e produz um resultado que sugere o risco de desenvolver problemas de saúde mental. Este questionário inclui ainda cinco questões que avaliam a cronicidade, dificuldades sociais e sofrimento relacionado a um problema relatado, no entanto, estes itens não foram incluídos neste estudo.

Este instrumento tornou-se numa medida breve e bastante útil para avaliar o ajustamento socioemocional de crianças e adolescentes e a psicopatologia (Goodman, 2001).

Neste estudo foram obtidos os seguintes resultados para o Alfa de *Cronbach* para as subescalas: problemas emocionais ($\alpha = .77$), problemas de comportamento ($\alpha = .74$), hiperatividade e desatenção ($\alpha = .83$), problemas relacionais com os pares ($\alpha = .57$),

comportamentos pró-sociais ($\alpha = .81$) e total de dificuldades ($\alpha = .85$). Estes resultados são consistentes com os estudos existentes sobre as propriedades psicométricas do SDQ (Stone et al., 2015; Stone et al., 2010).

Procedimentos

Recolha de dados

A presente dissertação insere-se no projeto “Indicadores do desenvolvimento e do ajustamento socioemocional em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas”, que decorre no Centro de Investigação em Psicologia para o Desenvolvimento (CIPD) da Universidade Lusíada no Porto. Este projeto foi revisto pela Comissão de ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Foram efetuados contatos telefónicos tanto com as instituições como com as escolas, por forma a apresentar os objetivos e procedimentos do estudo. Posteriormente, os interessados em participar no estudo receberam informações adicionais por *e-mail*. Os pais das crianças deram o consentimento informado por escrito, de acordo com a Declaração de *Helsinki*, para a participação das crianças no estudo com a ajuda dos funcionários das escolas e das instituições. De realçar que os pais que aceitaram participar permitiram que os professores ou responsáveis pelas crianças preenchessem os questionários. Desta forma foram os/as cuidadores/as e professores/as que responderam aos mesmos, para o grupo institucionalizado e não institucionalizados, respetivamente.

Os/as cuidadores/as foram selecionados como informantes das crianças institucionalizadas, por terem uma relação mais próxima com as crianças, uma vez que as suas famílias estavam indisponíveis ou não tinham contato com as crianças. Para as crianças não institucionalizadas, os/as professores/as foram selecionados como informantes com o intuito de homogeneizar as informações recolhidas e por terem um relacionamento próximo com as mesmas.

Tanto o SATI como o SDQ foram preenchidos pelos/as cuidadores/as e professores/as e ambos questionários foram respondidos em papel e lápis. O preenchimento demorou aproximadamente 20 minutos.

Análise de dados

Os dados recolhidos foram introduzidos numa base de dados e processados pelo software *IBM SPSS* versão 26. Foi utilizado um nível Alfa de *Cronbach* de .05.

Por forma a caracterizar a população em estudo foi realizada estatística descritiva. Seguidamente, procedeu-se à realização dos testes de normalidade. Verificou-se que os

dados não seguiam uma distribuição normal (*Shapiro-Wilk*, $p < .05$). Deste modo recorreu-se ao uso de estatística não paramétrica.

Foi realizado um teste de *Mann-Whitney*, por forma a verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas em relação ao temperamento e ao ajustamento socioemocional. De igual forma, para o grupo de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas separadamente, foi avaliada se existiam diferenças estatisticamente significativas em função do género ao nível do temperamento e o ajustamento socioemocional.

Por fim, foram realizados dois modelos de Regressão linear múltipla, considerando o grupo de crianças institucionalizadas e o de crianças não institucionalizadas. Pretendeu-se analisar o efeito do temperamento ao nível do ajustamento socioemocional (i.e., total de problemas, escalas de internalização e de externalização do SDQ), nos dois grupos, separadamente.

Resultados

Caracterização do grupo de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas

Foi realizada uma análise descritiva como forma de verificar as pontuações obtidas, considerando os grupos de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas, separadamente, nas escalas - Reatividade, Persistência, Sociabilidade, Atividade e Ajustamento Socioemocional (Tabela 1).

Tabela 1

Estatística descritiva relativa aos instrumentos que avaliam o temperamento e ajustamento socioemocional, das crianças institucionalizadas e não institucionalizadas.

	Crianças Institucionalizadas (n=45) <i>Média (DP)</i>	Crianças Não Institucionalizadas (n=47) <i>Média (DP)</i>
Ajustamento Socioemocional	12.16 (6.31)	11.91 (6.30)
Reatividade	2.54 (0.74)	2.29 (0.69)
Persistência	3.48 (0.88)	3.61 (0.99)
Sociabilidade	3.40 (0.71)	3.39 (0.81)
Atividade	2.46 (0.73)	2.17 (0.91)

Diferenças entre Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas ao Nível do Temperamento e do Ajustamento Socioemocional

Relativamente ao temperamento, foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo das crianças institucionalizadas e das não institucionalizadas apenas ao nível da variável Atividade, $U = 799.0$, $p < .05$. O grupo das crianças institucionalizadas apresenta níveis de Atividade significativamente mais elevados do que o grupo das crianças não institucionalizadas (Tabela 2).

Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas ao nível das restantes dimensões do Temperamento (Tabela 2).

Considerando o Ajustamento Socioemocional, também não se encontraram diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 2

Apresentação dos resultados relativos ao Teste de Mann-Whitney (U)

	Crianças Institucionalizadas (n=45) <i>Ordem média</i>	Crianças Não Institucionalizadas (n=47) <i>Ordem média</i>	U
Ajustamento Socioemocional	47.13	45.89	1029.0
Reatividade	51.62	41.6	827.0
Persistência	44.48	48.44	966.5
Sociabilidade	47.14	45.88	1028.5
Atividade	52.24	41.0	799.0*

* $p < 0.5$

Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Institucionalizadas

Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas ao nível do Ajustamento Socioemocional, $U=224.0$, $p=.509$.

No que respeita às dimensões do temperamento, foram observadas diferenças estatisticamente significativas ao nível da Atividade em função do género, $U = 155.0$, $p = .025$. Os rapazes pontuaram mais alto do que raparigas (Tabela 3).

Nas restantes escalas Reatividade, $U = 212.0$, $p = .351$, Persistência, $U = 243.0$, $p = .820$ e Sociabilidade, $U = 231.5$, $p = .624$, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do género.

Tabela 3

Apresentação dos resultados relativos ao teste de Mann-Whitney, tendo em consideração o género nas crianças institucionalizadas

	Género Feminino (n=23) <i>Ordem média</i>	Género Masculino (n=22) <i>Ordem média</i>	U
Ajustamento Socioemocional	21.74	24.32	224.00
Reatividade	21.22	24.86	212.00
Persistência	22.57	23.45	243.00
Sociabilidade	22.07	23.98	231.5
Atividade	18.74	27.45	155.00*

* $p < .05$

Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Não Institucionalizadas

Tendo em conta o grupo de crianças não institucionalizadas, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do género ao nível do Ajustamento Socioemocional, $U = 229.0$, $p = .316$ (Tabela 4).

Na análise das subescalas do SATI, é possível verificar que a subescala Reatividade, $U = 183.5$, $p = .049$, e Atividade, $U = 175.5$, $p = .032$, apresentam diferenças estatisticamente significativas. Os rapazes apresentaram valores significativamente superiores às raparigas nestas duas escalas.

Por seu turno, as subescalas Persistência, $U = 245.5$, $p = .516$, e Sociabilidade, $U = 247.0$, $p = .536$, não apresentam diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 4

Apresentação dos resultados relativos ao teste de Mann-Whitney, tendo em consideração o género nas crianças não institucionalizadas.

	Género Feminino (n=23) <i>Ordem média</i>	Género Masculino (n=22) <i>Ordem média</i>	U
Ajustamento Socioemocional			
Reatividade	21.96	25.96	229.00
Persistência	20.15	28.02	183.5*
Sociabilidade	25.27	22.67	245.5
Atividade	25.21	22.74	247.00
	19.81	28.37	175.5*

* $p < .05$

Associação entre temperamento e ajustamento socioemocional

Crianças institucionalizadas

De acordo com o modelo de regressão linear múltipla, o temperamento não prediz o ajustamento socioemocional em crianças institucionalizadas, $F(4,40) = 1.84, p = .14$ (Tabela 5).

Tabela 5

Coefficientes relativos à associação entre temperamento e ajustamento socioemocional, em crianças institucionalizadas

	<i>B</i>	<i>T</i>	<i>P</i>
Reatividade	-2.91	-1.91	.06
Persistência	.18	1.61	.87
Sociabilidade	1.86	1.42	.16
Atividade	2.38	1.60	.12

Crianças Não Institucionalizadas

De acordo com o modelo de regressão linear múltipla, o temperamento não prediz o ajustamento socioemocional em crianças não institucionalizadas, $F(4,41) = 1.11, p = .37$ (Tabela 6).

Tabela 6

Coefficientes relativos à associação entre temperamento e ajustamento socioemocional, em crianças não institucionalizadas

	<i>B</i>	<i>t</i>	<i>P</i>
Reatividade	3.28	1.72	.09
Persistência	.71	.57	.57
Sociabilidade	1.29	1.03	.31
Atividade	-2.21	-1.62	.11

Discussão

O presente estudo teve a finalidade de compreender se o temperamento influencia o ajustamento socioemocional numa amostra de crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. Foram analisadas as diferenças entre os dois grupos, e foi realizada uma outra análise de diferenças em função do género, mas dentro do mesmo grupo. Ao nível das diferenças entre os dois grupos, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da Atividade, sendo que as crianças institucionalizadas pontuaram níveis significativamente superiores em relação às crianças não institucionalizadas.

Quando consideramos os grupos separadamente ao nível do género, de uma forma geral, parece existir uma tendência para os rapazes apresentarem resultados superiores às raparigas. No grupo das crianças institucionalizadas, os rapazes apresentaram níveis significativamente superiores comparativamente com as raparigas na dimensão da Atividade. Por seu turno, no grupo das crianças não institucionalizadas, verificam-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da dimensão da Reatividade e da Atividade. Adicionalmente, os nossos resultados mostram que o Temperamento não é um preditor significativo do Ajustamento Socioemocional em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas.

Diferenças entre Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas ao Nível do Temperamento e do Ajustamento Socioemocional

Relativamente à dimensão Ajustamento Socioemocional verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as crianças institucionalizadas e não institucionalizadas.

Os nossos resultados não vão de encontro ao que a literatura nos diz, uma vez que se demonstrou em alguns estudos que crianças que vivem em instituições privadas social e materialmente apresentam maior risco para o desenvolvimento de problemas de internalização e externalização (Kreppner et al., 2007; O'Connor et al., 2002). Têm sido identificadas, através as evidências científicas, diferenças entre as crianças que se encontram em institucionalizadas e as não institucionalizadas, tanto ao nível dos problemas de internalização como ao nível dos problemas de externalização, por esse motivo os resultados mais positivos são apresentados pelo grupo de crianças não institucionalizadas (Merz & McCall, 2011; Smyke et al., 2010).

Sob esta perspectiva, as crianças que vivem institucionalizadas são constantemente expostas a experiências emocionais adversas, o que pode levar ao desenvolvimento de estratégias de regulação emocional de proteção de forma a minimizar o impacto negativo dessas experiências sobre elas (Clyman, 2003; Cordovil et al., 2011) e, por conseguinte, protegendo-as do desenvolvimento de psicopatologia, esta é passível de ser uma das explicações para a falta de diferenças significativas ao nível do Ajustamento Socioemocional entre os grupos.

Comparando os dois grupos ao nível do Temperamento foi possível verificar que apenas existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da dimensão Atividade.

As crianças institucionalizadas apresentam níveis de Atividade significativamente mais elevados do que as crianças não institucionalizadas. Na opinião de Egelund e Lausten (2009) um dos efeitos da institucionalização em crianças aparenta ser a presença de mais sintomas de hiperatividade, sendo suportada por estudos confirmando que existe uma elevada prevalência em crianças institucionalizadas. Deste modo, o presente estudo corrobora estes resultados.

Não foram encontrados resultados estatisticamente significativos nas restantes escalas.

Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Institucionalizadas

Em particular, verificou-se que os rapazes apresentam níveis de Atividade significativamente superiores aos das raparigas. Este resultado vai ao encontro do trabalho de Lima et al., (2010) e de McClowry (1995) que, de igual modo, reportaram que os rapazes pontuam mais alto na dimensão temperamental Atividade do que as raparigas.

Na visão de alguns autores (Thomas & Chess, 1997,1980; Buss & Plomin, 1975; Rothbarth, 1981), estes resultados podem ser revelados por outra evidência que sugere que as raparigas apresentam normalmente maior capacidade de auto-controlo comparativamente à dos rapazes.

Em consonância, a literatura indica que os problemas de comportamento são muito comuns entre as crianças institucionalizadas e que estes problemas são geralmente maiores nos meninos do que nas meninas (Ford et al. 2007; Egelund & Lausten 2009).

Estes resultados também nos indicam que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os gêneros no que se refere ao Ajustamento Socioemocional. No entanto, a literatura expõe que os indivíduos do gênero masculino apresentam maiores dificuldades no ajustamento socioemocional que o gênero feminino (Dell'Agio & Hutz, 2004; Elebiary et al., 2010; Ralli et al., 2017; Ginige et al., 2020; Camuñas et al., 2020). Estes resultados, podem ainda ser explicados pelo número reduzido de participantes em estudo. No entanto, existem dados que nos mostram que a institucionalização pode ser uma experiência protetora, uma vez que protege as crianças e jovens que vivem num contexto familiar danoso (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Mota & Matos, 2008), tendo em conta o efeito protetor da institucionalização este pode também ser um motivo para a ausência de diferenças ao nível de ajustamento socioemocional.

Diferenças ao nível do Temperamento e Ajustamento Socioemocional em Função do Género em Crianças Não Institucionalizadas

Relativamente ao Temperamento, foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas dimensões da Reatividade e da Atividade. De igual forma, os rapazes pontuaram mais alto que as raparigas em ambas as dimensões.

Tendo em conta os resultados acima descritos, as crianças que apresentam grandes níveis de atividade geram mais oportunidades de criar relações ao contrário das crianças que são mais calmas e menos dinâmicas. Apesar de não existir grandes evidências diretas do papel do nível de atividade nos problemas com os pares, há alguma certeza de que o controlo inibitório está positivamente relacionado com a competência social (Van Hecke et al., 2007).

No que respeita aos resultados relacionados com a Reatividade negativa, é de destacar que as crianças que apresentam uma maior tendência a sentimentos de raiva apresentam maior risco de desenvolverem problemas de ajustamento social, piores habilidades sociais, e uma menor qualidade das suas relações com os pares (Dougherty, 2006; Eisenberg et al., 1993; Ladd et al., 1999; Pianta et al., 2007; Rydel et al., 2007).

Em oposição aquilo que era esperado (Achenbach et al., 1991; Crockenberg et al., 2008; Olson et al., 2005), não foi observado nenhum efeito do sexo no ajustamento socioemocional em ambos os grupos. No entanto, é evidente na investigação que as raparigas tendem a apresentar mais problemas de internalização e a apresentar, frequentemente, sintomas de ansiedade e/ou depressão (Achenbach, 1966; Garaigordobil

& Machimbarrena, 2019; Lemstra et al., 2012; Price et al., 2013; Sentse et al., 2016). Do mesmo modo, mostra que os rapazes tendem a apresentar mais problemas de externalização (Achenbach et al., 2016; Kramer et al., 2007), como comportamentos agressivos, de desafio e oposição.

Associação entre temperamento e ajustamento socioemocional

No que respeita à associação entre Temperamento e Ajustamento Socioemocional, de acordo com os resultados obtidos pode-se observar que o Temperamento não prediz o Ajustamento Socioemocional tanto em crianças institucionalizadas como não institucionalizadas.

Contrariamente ao observado, existem estudos longitudinais realizados com crianças em idade escolar, que evidenciam que o temperamento é um preditor significativo do desajustamento socioemocional sempre que o funcionamento familiar é levado em consideração (Maziade et al., 1985; 1990). Esses resultados podem refletir que a institucionalização pode contribuir positivamente para resultados ajustados de desenvolvimento em crianças com problemas emocionais e comportamentais (Knorth et al., 2008). É possível, portanto, que algumas características de temperamento possam propiciar as crianças a desenvolverem maiores ou menores dificuldades emocionais e comportamentais (Abulizi et al., 2017) e, por conseguinte, a problemas de externalização ou internalização (Sayal et al., 2014).

Como descrito por Bayram et al., (2015) o afastamento social das crianças turcas na escola primária (i.e., timidez, pouca sociabilidade) foi relacionado com dificuldades de ajustamento (i.e., solidão, depressão e comportamentos anti-sociais). Um estudo de Bhutta et al., (2002), com uma amostra da comunidade, sustenta que o temperamento é reconhecido como um fator de risco para a presença de problemas de internalização e externalização. Já no estudo de Gartstein et al., (2012), considerou-se que elevados níveis de afetividade negativa e baixos níveis de auto-controlo, estavam relacionados com dificuldades de externalização e internalização, apesar do auto-controlo demonstrar uma relação mais forte com problemas de externalização. No seguimento deste raciocínio, antecipou-se que elevados níveis de extroversão estavam associados a um maior risco de problemas de externalização, enquanto níveis mais baixos de extroversão ampliavam a probabilidade de problemas de internalização.

Contudo, existem características de temperamento associadas a um melhor ajustamento. A respeito disto, em algumas pesquisas, o auto-controlo é discutido como o componente regulador do temperamento (Rothbart & Bates, 2006), ou seja, está associado ao ajustamento adaptativo das crianças, com consequências positivas para o envolvimento escolar (i.e., participação na sala de aula, qualidade do relacionamento com os professores, diminuição dos comportamentos de externalização) (Graziano et al., 2007; Kim et al., 2013; Valente et al., 2008). Algo que apresenta consequências significativas para o sucesso socioemocional e académico das crianças é o seu comportamento social precoce (Rose-Krasnor & Denham 2009; Rubin et al., 2015).

Conforme referido acima, ser socialmente competente amplia os relacionamentos favoráveis das crianças em casa e na escola e ajuda no ajustamento escolar, bem como na qualidade das futuras relações sociais das crianças (Rose-Krasnor & Denham 2009; Rubin et al. 2015). É de realçar que a competência social está positivamente relacionada com o desempenho académico e com as atitudes escolares (Blandon et al., 2010; Denham 2006; Ladd & Birch, 1999).

A respeito do temperamento e do ajustamento socioemocional, Shiner e Caspi (2003) propuseram seis maneiras pelas quais o temperamento pode moldar o desenvolvimento de problemas de ajustamento. Os autores defendem que o temperamento pode afetar a forma como a criança aprende, a forma como os adultos e os colegas respondem à criança, a forma como a criança compreende as suas próprias experiências, a forma como a criança se assemelha aos outros, as preferências que a criança tem diariamente e as formas como a criança manipula ou altera o seu ambiente. Assim, o temperamento e o ajustamento podem estar ligados de várias maneiras que podem ou não ser causais.

De uma forma geral, os estudos mostram que as características temperamentais parecem ser um fator importante no ajustamento socioemocional de crianças em idade escolar, quer institucionalizadas quer não institucionalizadas. Apesar de não se ter observado esta associação nos nossos participantes, estudos futuros deverão averiguar a relação entre estas duas dimensões com uma amostra maior.

Limitações do Estudo

A primeira limitação que é possível identificar é a constituição da amostra, apresentando um reduzido número de participantes. Uma outra limitação é o facto de não

haver uma maior envolvência das crianças de norte a sul do país, os participantes são apenas da zona norte de Portugal, o que certamente se traduziria em resultados mais robustos.

As medidas de avaliação são de heterorrelato e dependem exclusivamente da percepção dos/as cuidadores/as e professores/as, não existindo outros informantes. Poderia ser relevante recorrer a outro tipo de estratégias de avaliação (entrevista cognitivo comportamental junto das próprias crianças com recurso a medidas observacionais, por exemplo).

Uma outra limitação prende-se com a nomeação das pessoas que preenchem os questionários, o facto de serem diferentes informantes pode ter influência nos resultados uma vez que pessoas diferentes e contextos diferentes acabam por ter também percepções distintas sobre a mesma criança. Em estudos futuros seria interessante comparar as percepções dos mesmos informantes nos dois grupos. No entanto, a recolha de informações através de diferentes informantes contribui para uma visão holística e compreensiva acerca do funcionamento das crianças.

Conclusão

De uma forma geral, os resultados deste estudo não estão de acordo com as evidências presentes na literatura, especificamente, o facto do temperamento não ser preditor do ajustamento socioemocional. Acresce, ainda o facto de apenas se verificarem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ao nível da Atividade.

Relativamente ao temperamento, os nossos resultados mostram que rapazes institucionalizados apresentam níveis de agitação motora significativamente mais elevados do que raparigas institucionalizadas. De igual forma, verificou-se que as crianças não institucionalizadas apresentam diferenças estatisticamente significativas ao nível da Atividade e da Reatividade em função do sexo. Uma vez mais, os rapazes apresentam níveis significativamente superiores comparativamente com as raparigas.

A avaliação da criança em cada uma destas dimensões fornece dados importantes para a investigação e para a intervenção, quer no plano da prevenção, quer para desenhar estratégias de apoio bem direcionadas em casos de desadaptação psicossocial. A identificação de perfis de temperamento pode contribuir para intervenções mais individualizadas por parte das instituições.

Referências

- Abulizi, X., Pryor, L., Michel, G., Melchior, M., & Waerden, J. (2017). Temperament in infancy and behavioral and emotional problems at age 5.5: The EDEN mother-child cohort. *Plos One*, 12 (2), pp. 1-17. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0171971>
- Achenbach, T.M. (1966). The classification of children's psychiatric symptoms: A factor-analytic study. *Psychological Monographs: General and Applied*, 80, 1–37. <https://doi.org/10.1037/h0093906>
- Achenbach, T.M. (1991). *Manual for the child behavior Checklist/4-18 and 1991 profile*. University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Amado, J., Ribeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Grafis CRL.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (5º Ed.)*. Climepsi Editores.
- Berdan, L. E., Keane, S. P., & Calkins, S. D. (2008). Temperament and externalizing behavior: social preferences and perceived acceptance as protective factors. *Developmental Psychology*, 44(4), 957-968.
- Bongers, I. L., Koot, H. M., van der Ende, J., & Verhulst, F. C. (2003). The normative development of child and adolescent problem behavior. *Journal of Abnormal Psychology*, 112, 179 –192.
- Brody, G.H., Stoneman, Z., & Burke, M. (1988). Child temperament and parental perceptions of individual child adjustment: An intrafamilial analysis. *American Journal of Orthopsychiatry*, 58, 532-542.
- Burns, B. J., Phillips, S. D., Wagner, H. R., Barth, R. P., Kolko, D. J., & Campbell, Y. e. (2004). Mental health need and access to mental health services by youths involved with child welfare: A national survey. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 43(8), 960–970. DOI
- Buss, A. H., & Plomin, R. (1984). *Temperament: Early developing personality traits*. Lawrence Erlbaum Associates DOI
- Camuñas, N., Vaíllo, M., Mavrou, I., Brígido, M., & Quintana, M.P. (2020). Cognitive and behavioural profile of minors in residential care: The role of executive functions.

Children and Youth Services Review, 119, 105507.
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105507>

- Carranza, J. A., & Salinas, C.G. (2003). *Temperamento en la infancia: Aspectos conceptuales básicos*. Ariel Psicología.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho.
- Chaplin, T.M., Cole, P.M., & Zahn-Waxler, C. (2005). Parental socialization of emotion expression: gender differences and relations to child adjustment. *Emotion*, 5(1), 80–88.
<https://doi.org/10.1037/1528-3542.5.1.80>
- Chess, S. & Thomas, A. (1984). *Origins and evolution of behavior disorders*. Brunner/Mazel.
- Chess, T & Thomas, A. (1995). *Temperament in Clinical Practice*. The Guildford Press.
- Clyman, R.B. (2003). Portrayals in maltreated children's play narratives: Representations or emotion regulation. In R. Emde, D. Wolf & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur story stem battery and parent-child narratives* (pp. 201–221). Oxford University Press.
- Compas, B.E., Jaser, S.S., Bettis, A.H., Watson, K.H., Gruhn, M.A., Dunbar, J.P., ... Thigpen, J.C. (2017). Coping, emotion regulation, and psychopathology in childhood and adolescence: A meta-analysis and narrative review. *Psychological Bulletin*, 143, 939–991. <https://doi.org/10.1037/bul0000110>
- Cordeiro, M. (2009). *O grande livro do adolescente*. Dos 10 aos 18 anos (1.^a ed.). A Esfera dos Livros.
- Cordovil, C., Crujo, M., Vilaric,a, P., & Da Silva, P.C. (2011). Resilience in institutionalized children and adolescents. *Acta Medica Portuguesa*, 24, 413–418.
- Cosentino-Rocha, L., & Linhares, M. B. M. (2013). Temperamento e gênero. *Paidéia*, 23(4), 606–610.
- Couceiro, M.I.R. (2013). *Bem-estar Subjetivo em Jovens Institucionalizados e não Institucionalizados: A influência do Capital Psicológico Positivo, da Autoestima e*

do Suporte Social. [Dissertação de Mestrado]. Repositório Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/7151>

- Crockenberg, S.C., Leerkes, E.M., & Barrig Jo, P.S. (2008). Predicting aggressive behavior in the third year from infant reactivity and regulation as moderated by maternal behavior. *Development and Psychopathology*, 20(1), 37–54. <https://doi.org/10.1017/S0954579408000023>
- De Pauw, S. S. W., Mervielde, I., & Leeuwen, K. G. V. (2009). How are traits related to problem behavior in preschoolers? Similarities and contrasts between temperament and personality. *The Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(3), 309-325.
- De Pauw, S. S., Mervielde, I., Van Leeuwen, K. G., & De Clercq, B. J. (2011). How temperament and personality contribute to the maladjustment of children with autism. *Journal of Autism Developmental Disorders*, 41(2), 196-212.
- De Pauw, S.S., & Mervielde, I. (2010). Temperament, Personality and Developmental Psychopathology: A Review Based on the Conceptual Dimensions Underlying Childhood Traits. *Child Psychiatry Hum Dev*, 41, 315-329
- Dell’Aglío, D.D. & Hutz, C. S. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (3), 341-350. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300008>
- Dell’Aglío, D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Eisenberg, N., Gershoff, E.T., Fabes, R.A., Shepard, S.A., Cumberland, A.J., Losoya, S.H., ... Murphy, B.C. (2001). Mothers’ emotional expressivity and children’s behavior problems and social competence: mediation through children’s regulation. *Developmental Psychology*, 37, 475–490. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.37.4.475>
- Eisenberg, N., Sadovsky, A., Spinrad, T. L., Fabes, R. A., Losoya, S. H., Valiente, C., ... Shepard, S. A. (2005). The relations of problem behavior status to children’s negative emotionality, effortful control, and impulsivity: Concurrent relations and prediction of change. *Developmental Psychology*, 41, 193–211. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.41.1.193>

- Eisenberg, N., Smith, C. L., & Spinrad, T. L. (2011). Effortful control: Relations with emotion regulation, adjustment, and socialization in childhood. *Handbook of self-regulation* (2 Ed.). The Guilford Press.
- Eisenberg, N., Spinrad, T.L., & Eggum, N.D. (2010). Emotion-related self-regulation and its relation to children's maladjustment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 6, 495–525. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.121208.131208>
- Elebiary, Hoda & Behilak, Sahar & Kabbash, Ibrahim. (2010). Study of Behavioral and Emotional Problems Among Institutionalized Children. *The Medical journal of Cairo University*. 78. 293-299.
- Evans, G.W., Li, D., & Whipple, S.S. (2013). Cumulative risk and child development. *Psychological Bulletin*, 139, 1342–1396. <https://doi.org/10.1037/a0031808>
- Fleitlich, B., Loureiro, M. J., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2004). *Portuguese version of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)*. <http://www.sdqinfo.com/d23a.html>
- Flouri, E., Midouhas, E., & Joshi, H. (2014). Family poverty and trajectories of children's emotional and behavioral problems: The moderating roles of selfregulation and verbal cognitive ability. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 42, 1043–1056. <https://doi.org/10.1007/s10802-013-9848-3>
- Forbes, M.K., Rapee, R.M., Camberis, A.L & McMahon, C.A. (2016). Unique Associations between Childhood Temperament Characteristics and Subsequent Psychopathology Symptom Trajectories from Childhood to Early Adolescence. *J Abnorm Child Psychol*, 45, pp-1221 – 1233. <https://doi.org/10.1007/s10802-016-0236-7>
- Garaigordobil, M., & Machimbarrena, J. (2019). Victimization and perpetration of bullying/cyberbullying: Connections with emotional and behavioral problems and childhood stress. *Psychosocial Intervention*, 28, 67-73. <https://doi.org/10.5093/pi2019a3>
- Ginige, P., Baminiwatta, A., & Jayawardana, H. (2020). Prevalence and Predictors of Emotional and Behavioral Problems Among Institutionalized Children in Kandy District, Sri Lanka. *Child abuse & neglect*, 103, 104435. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104435>

- Goldsmith, H.H., Buss, A.H., Plomin, R., Rothbart, M.K., Thomas, A., Chess, S., et al (1987). Round- table – what is temperament? Four approaches. *Child Development*, 58, 505-529.
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: a research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38, 581–586. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x>
- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the strengths and difficulties questionnaire. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40, 1337–1345. <https://doi.org/10.1097/00004583-200111000-00015>
- Gunnar, M.R., Bruce, J., & Grotevant, H.D. (2000). International adoption of institutionally reared children: research and policy. *Development and Psychopathology*, 12, 677–693. <https://doi.org/10.1017/S0954579400004077>
- Hecht, B., & Silva, R. (2009). *Crianças institucionalizadas: A construção psíquica a partir da privação do vínculo materno*. Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Instituto da Segurança Social. (2020). Relatório CASA 2020 - *Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.
- James, S.S., Zhang, J.J., & Landsverk, J. (2012). Residential care for youth in the child welfare system: stop-gap option or not? *Resid Treat Child Youth*, 29(1), 48–65. <https://doi.org/10.1080/0886571X.2012.643678>
- Jerstad, S.J., Boutelle, K.N., Ness, K.K., Stice, E., 2010. Prospective reciprocal relations between physical activity and depression in female adolescents. *J. Consult. Clin. Psychol.* 78, 268–272. <http://dx.doi.org/10.1037/a0018793>
- Kagan, J. & Fox, N. A. (2006) Biology, culture, and temperamental bases. *Handbook of child psychology* (6^a Ed.). J. Wiley
- Kagan, J. (1998). Biology and the child. In W. Damon & N. Eisenberg (Orgs.), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (vol. 3, pp. 177- 235). Wiley.
- Kagan, J., Snidman, N., & Arcus, D. (1998). Childhood derivatives of high and low reactivity in infancy. *Child Development*, 69, 1483-1493.

- Kim, J., & Cicchetti, D. (2010). Longitudinal pathways linking child maltreatment, emotion regulation, peer relations, and psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *51*, 706–716. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2009.02202.x>
- Kim-Spoon, J., Cicchetti, D., & Rogosch, F.A. (2013). A longitudinal study of emotion regulation, emotion lability-negativity, and internalizing symptomatology in maltreated and nonmaltreated children. *Child Development*, *84*, 512–527. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2012.01857>
- Kivijarvi, M., Raiha, H., Virtanen, S., Lertola, K. and Piha, J. (2004), Maternal sensitivity behavior and infant crying, fussing and contented behavior: The effects of mother's experienced social support. *Scandinavian Journal of Psychology*, *45*, 239–246. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9450.2004.00400>
- Klein, V. C., & Linhares, M. B. M. (2010). Temperamento e desenvolvimento da criança: Revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Estudo*, *15*(4), 821-829. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000400018>
- Knorth, E. J., Harder, A. T., Zandberg, T., & Kendrick, A. J. (2008). Under one roof: A review and selective meta-analysis on the outcomes of residential child and youth care. *Children and Youth Services Review*, *30*, 123–140.
- Kochanska, G., Murray, K., & Coy, K.C. (1997). Inhibitory control as a contributor to conscience in childhood: from toddler to early school age. *Child Development*, *68*(2), 263-277. <https://doi.org/10.2307/1131849>
- Kramer, M., Krueger, R., & Hicks, B. (2007). The role of internalizing and externalizing liability factors in accounting for gender differences in the prevalence of common psychopathological syndromes. *Psychological Medicine*, *38*(1), 51-61. <https://doi.org/10.1017/s0033291707001572>
- Kreppner, J.M., Rutter, M., Beckett, C., Castle, J., Colvert, E., Groothues, C., Hawkins, A., O'Connor, T.G., Stevens, S. & Sonuga-Barke, E.J.S. (2007). Normality and impairment following profound early institutional deprivation: a longitudinal follow-up into early adolescence, *Developmental Psychology*, *43*(4), 931–946
- Kushner, S.C. (2015). A review of the direct and interactive effects of life stressors and dispositional traits on youth psychopathology. *Child Psychiatry and Human Development*, *46*, 810–819. <https://doi.org/10.1007/s10578-014-0523-x>

- Lahey, B. B., Applegate, B., Chronis, A. M., Jones, H. A., Williams, S. H., Loney, J., & Waldman, I. D. (2008). Psychometric characteristics of a measure of emotional dispositions developed to test a developmental propensity model of conduct disorder. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 37, 794–807.
- Lei de proteção de crianças e jovens em risco: Lei n.º 147/99. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Diário da República, Diário da República, serie – A - n.º 204- 1 de setembro de 1999, 6115- 6132. http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545etabela=leiseso_mio=olo=
- Lei de proteção de crianças e jovens em risco: Lei n.º 147/99. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Diário da República, Diário da República, serie – A - n.º 204- 1 de setembro de 1999, 6115- 6132. http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545etabela=leiseso_mio=olo=
- Lemstra, M. E., Nielsen, G., Rogers, M. R., Thompson, A. T., & Moraros, J. S. (2012). Risk indicators and outcomes associated with bullying in youth aged 9-15 years. *Canadian Journal of Public Health*, 103(1), 9-13. <https://doi.org/10.1007/BF03404061>
- Lengua L. J. (2002). The contribution of emotionality and self-regulation to the understanding of children's response to multiple risk. *Child development*, 73(1), 144–161. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00397>
- Letcher, P., Smart, D., Sanson, A., & Toumbourou, J. W. (2009). Psychosocial precursors and correlates of differing internalizing trajectories from 3 to 15 years. *Social Development*, 18, 618–646.
- Leve, L. D., Kim, H. K., & Pears, K. C. (2005). Childhood temperament and family environment as predictors of internalizing and externalizing trajectories from ages 5 to 17. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33, 505–520.
- Lima, L., Lemos, M., & Guerra, M. (2010). Adaptação do inventário de temperamento para crianças em idade escolar- School-Age Temperament Inventory - SATI de Mcclowry a uma população portuguesa. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11(1), 55–70.
- Lima. L., Lemos. M.S. & Guerra, M. (2010) Adaptação do Inventário de Temperamento para crianças em idade escolar, *Psicologia, Saúde e Doenças*, 11 (1), pp.55-70.

- Linhares, M. B. M., Dualibe, A. L., & Cassiano, R. G. M. (2013). Temperamento de crianças na abordagem de Rothbart: Estudo de revisão sistemática. *Psicologia em Estudo, 18*(4), 633-645. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722013000400006>
- Maclean, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology, 15*(4), 853–884. <https://doi.org/10.1017/s0954579403000415>
- Madariaga, J.M., Arribillaga, A., & Zulaika, L.M. (2014). Components and relationships of a structural model of psychosocial adjustment in adolescence [Componentes y relaciones de un modelo estructural del ajuste psicosocial en la adolescencia]. *International Journal of Educational Psychology, 6*, 303–310.
- Maziade, M., Caperaa, P., Laplante, B., Boudreault, M., Thivierge, J., Cote, R., & Boutin, P. (1985). Value of difficult temperament among 7-year-olds in the general population for predicting psychiatric diagnosis at age 12. *American Journal of Psychiatry, 142*, 943-946
- McClowry, S. G. (1995). The development of the School-Age Temperament Inventory. *Merrill-Palmer Quarterly, 41*(3), 271–285.
- McClowry, S. G. (2002). The temperament profiles of school age children. *Journal of Pediatric Nursing, 17*(1), 3-10.
- Melchiori, L. E., Biasoli-Alves, Z. M. M., Souza, D. C., & Bugliani, M. A. P. (2007). Família e creche: Crenças a respeito de temperamento e desempenho de bebês. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23*(3), 245-252. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000300002>
- Mersky, J. P., & Janczewski, C. (2013). Adult well-being of foster care alumni: Comparisons to other child welfare recipients and a non-child welfare sample in a high-risk, urban setting. *Children and Youth Services Review, 35*, 367–376.
- Miranda, A., Adorno, R., Cuello, S. & Yunes, M.A. (2003). O funcionamento dos abrigos como parte integrante da rede de apoio social na cidade de Rio Grande/RS [Resumo]. In: Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Ed.), *Resumos de comunicações científicas, IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (pp.274-275). João Pessoa: SBPD.
- Mota, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade, 20*(3), 367-377. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/07.pdf>

- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (28), 245-254.
- Muris, P., Meesters, C., & Blijlevens, P. (2007). Self-reported reactive and regulative temperament in early adolescence: relations to internalizing and externalizing problem behavior and “big three” personality factors. *Journal of Adolescence*, 30, 1035–1049.
- Nelson, C. A., Zeanah, C. H., Fox, N. A., Marshall, P. J., Smyke, A. T., & Guthrie, D. (2007). *Cognitive recovery in socially deprived young children: The Bucharest Early Intervention Project*. <http://www.sciencemag.org>
- O'Connor TG, Rutter M, Beckett C, Keaveney L and Kreppner J. (2000). The English and Romanian Adoptees Study Team. The effects of global severe privation on cognitive competence: Extension and longitudinal follow-up. *Child Development*, 71(2):376–390
- O'Connor, T., Bredenkamp, D., Rutter, M., & The English and Romanian Adoptees (ERA) Study Team. (1999). Attachment disturbances and disorders in children exposed to early severe deprivation. *Infant Mental Health Journal*, 20 (1), 10-29.
- Olson, S.L., Sameroff, A.J., Kerr, D.C., Lopez, N.L., & Wellman, H.M. (2005). Developmental foundations of externalizing problems in young children: the role of effortful control. *Development and Psychopathology*, 17(1), 25–45. <https://doi.org/10.1017/S0954579405050029>
- Pérez-Edgar, K., & Fox, N. A. (2005). Temperament and anxiety disorders. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 14(4), 681–706. 10.1016/j.chc.2005.05.008
- Posner, M., & Rothbart, M. (2000). Developing mechanisms of self-regulation. *Development and psychopathology*, 12 (3), 427-441. <https://doi.org/10.1017/S0954579400003096>
- Price, M., Chin, M. A, Higa-McMillan, C., Kim, S., & Frueh, B. C (2013). Prevalence and internalizing problems of ethnoracially diverse victims of traditional and cyber bullying. *School Mental Health*, 5, 183-191. <https://doi.org/10.1007/s12310-013-9104-6>

- Prior, M., Smart, D., Sanson, A., & Oberklaid, F. (2000). Does shyinhibited temperament in childhood lead to anxiety problems in adolescence? *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39, 461–468.
- Putnam, S. P., & Stifter, C. S. (2002). Development of approach and inhibition in the first year. Parallel findings from motor behavior, temperament ratings, and directional cardiac responses. *Developmental Science*, 5, 441–451.
- Ralli, Asimina & Schiza, Melpomeni & Tsiatsiou, Alexandra. (2017). Language and Psychosocial Skills of Institutionalized Children in Greece. *The Open Family Studies Journal*, 9, 76-87. 10.2174/1874922401709010076.
- Ramos, C., Guerin, W., Gottfried, A., Bathurst, K., & Oliver, H. (2005). Family conflict and children's behavior problems: the moderating role of child temperament. *Structural Equation Modeling*, 12(2), 278- 298.
- Rosenfield, S. (2000). Gender and dimensions of the self. *Gender and its effects on psychopathology* (pp. 23–36). American Psychiatric Press.
- Rothbart, M. (1989). Temperament and development. In G. Kohstamm, J. Bates, & M. Rothbart (Eds.), *Temperament in childhood*, 87-236. Wiley & Sons.
- Rothbart, M. K. (1981). Measurement of temperament in infancy. *Child Development*, 52, 569-578
- Rothbart, M. K. (2004). Commentary: Differentiated measures of temperament and multiple pathways to child disorders. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(1), 82-87.
- Rothbart, M. K. (2011). *Becoming who we are: Temperament and personality in development*. Guilford Press.
- Rothbart, M. K., & Bates, J. E. (2006). Temperament. In Eisenberg. *Handbook of child psychology* (6^a Ed). J. Wiley.
- Rothbart, M. K., & Putnam, S. (2002). Temperament and socialization. In: L. Pulkinem & A. Caspi (Eds.), *Paths to successful development: Personality in the life course*, 19-45. Cambridge University Press.
- Rothbart, M., & Jones, L. B. (1998). Temperament, self-regulation, and education. *School Psychology Review*, 27, 479-491.

- Rothbart, M.K., Ahadi, S.A., & Evans, D.E. (2000). Temperament and Personality: Origins and Outcomes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(1), 122-135.
- Rutter, M., O'Connor, T. & ERA study team (2004). Are there biological programming effects for psychological development? Findings from a study of Romanian adoptees. *Developmental Psychology*, 81- 94.
- Sanson, A., & Oberklaid, F. (2013). Infancy and early childhood. In *The Australian Temperament Project: the First 30 Years*. Australian Institute of Family Studies.
- Sanson, A., Hemphill, S. A., & Smart, D. (2004). Connections between temperament and social development: A review. *Social Development*, 13, 142–170. <https://doi.org/10.1046/j.1467-9507.2004.00261.x>
- Sanson, A., Hemphill, S. A., & Smart, D. (2004). Connections between temperament and social development: A review. *Social Development*, 13, 142–170. <https://doi.org/10.1046/j.1467-9507.2004.00261.x>
- Sanson, A., Prior, M., Oberklaid, F., Garino, E., & Sewell, J. (1987). The structure of infant temperament: factor analysis of the revised infant temperament questionnaire. *Infant Behavior & Development*, 10, 97–104.
- Schatz-Stevens, J., Cockburn, B., & Lefever, J.B. (2015). Intervention implications: the links among early risk for abuse, children's regulation, and behavioral problems. *NHSA Dialog*, 18, 114–118.
- Schlotz, W., Jones, A., Godfrey, K. M., & Phillips, D. I. W. (2008). Effortful control mediates associations of fetal growth with hyperactivity and behavioral problems in 7-to-9-years-old children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49(11), 1228-1236.
- Schwartz, C. E., Snidman, N., & Kagan, J. (1996). Early childhood temperament as a determinant of externalizing behavior in adolescence. *Development and Psychopathology*, 8, 527–537.
- Sentse, M., Prinzie, P., & Salmivalli, C. (2016). Testing the direction of longitudinal paths between victimization, peer rejection, and different types of internalizing problems in adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 45(5), 1013- 1023. <https://doi.org/10.007/s1082-016-0216-y>

- Shiner, R. L., Buss, K. A., McClowry, S. G., Putnam, S. P., Saudino, K. J., & Zentner, M. (2012). What Is Temperament Now? Assessing Progress in Temperament. *Child Development Perspectives*, 6(4), 436-444.
- Shiner, R., & Caspi, A. (2003). Personality differences in childhood and adolescence: Measurement, development, and consequences. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44, 2–32.
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell’Aglío, D. D. (2006). Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados. *Interamerican Journal of Psychology*, 40, 149- 158.
- Smart, D., Hayes, A., Sanson, A., & Toumbourou, J. W. (2007). Mental health and wellbeing of Australian adolescents: pathways to vulnerability and resilience. *International Journal of Adolescent Medicine and Health*, 19, 263–268.
- Smyke, A. T., Dumitrescu, B. A., & Zeanah, C. H. (2002). Attachment disturbances in young children: The continuum of caretaking casualty. *Journal of the American Academy of Child & Adolescence Psychiatry*, 41 (8), 972-982
- Smyke, A. T., Koga, S. F., Johnson, D. E., Fox, N. A., Marshall, P. J., Nelson, C. A., Zeanah, C. H., & BEIP Core Group (2007). The caregiving context in institution-reared and family-reared infants and toddlers in Romania. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, 48(2), 210–218. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2006.01694.x>
- Sousa, M., Cruz, S., & Cruz, O. (2020). The relationship of emotion regulation and negative lability with socioemotional adjustment in institutionalized and non-institutionalized children. *British Journal of Developmental Psychology*, 39(1), 169–189. <https://doi.org/10.1111/bjdp.12361>
- Spere, K. A., Schmidt, L. A., Theall-Honey, L. A., & Martin-Chang, S. (2004). Expressive and receptive language skills of temperamentally shy preschoolers. *Infant and Child Development*, 13(2), 123- 133

- Stahmer, A. C., Leslie, L. K., Hurlburt, M., Barth, R. P., Webb, M. B., Landsverk, J., & Zhang, J. (2005). Developmental and behavioral needs and service use for young children in child welfare. *Pediatrics*, *116*(4), 891–900.
- Stone, L.L., Janssens, J.M., Vermulst, A.A., Van Der Maten, M., Engels, R.C., & Otten, R. (2015). The Strengths and Difficulties Questionnaire: psychometric properties of the parent and teacher version in children aged 4–7. *BMC Psychol*, *3*(1), 4. <https://doi.org/10.1186/s40359-015-0061-8>
- Stone, L.L., Otten, R., Engels, R.C., Vermulst, A.A., & Janssens, J.M. (2010). Psychometric properties of the parent and teacher versions of the strengths and difficulties questionnaire for 4- to 12-years olds: a review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, *13*, 254– 274. <https://doi.org/10.1007/s10567-010-0071-2>
- Terestman, N. (1980). Mood quality and intensity in nursery school children as predictors of behavior disorders. *American Journal of Orthopsychiatry*, *50*, 125-138.
- Tottenham, N., Hare, T. A., Quinn, B. T., McCarry, T. W., Nurse, M., Gilhooly, T., Millner, A., Galvan, A., Davidson, M. C., Eigsti, I.-M., Thomas, K. M., Freed, P. J., Booma, E. S., Gunnar, M. R., Altemus, M., Aronson, J., & Casey, B. J. (2010). Prolonged institutional rearing is associated with atypically large amygdala volume and difficulties in emotion regulation. *Developmental Science*, *13*(1), 46–61. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7687.2009.00852.x>
- Vorria P., Papaligoura, Z., Dunn, J., Van IJzendoorn, M., Steele, S., Kontopoulou, A., & Sarafidou, Y. (2003). Early experiences and attachment relationships of Greek infants raised in residential group care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *44*(8), 1208–1220. <https://doi.org/10.1111/1469-7610.00202>
- Whetten, K., Ostermann, J., Pence, B. W., Whetten, R. A., Messer, L. C., Ariely, S., O'Donnell, K., Wasonga, A. I., Vann, V., Itemba, D., Eticha, M., Madan, I., Thielman, N. M. & Positive Outcomes for Orphans Research, T (2014). Three-year change in the wellbeing of orphaned and separated children in institutional and family-based care settings in five low- and middle-income countries. *PLoS One*, *9*(8),1-10. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0104872>
- Whittaker, J. K., & Maluccio, A. N. (2002). Rethinking ‘child placement’: A reflective essay. *Social Service Review*, *76*, 108–134.

- Willoughby, M. T., Stifter, C. A., Gottfredson, N. C. (2015). The epidemiology of observed temperament: Factor structure and demographic group differences. *Infant Behavior & Development, 39*, 21-34. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2015.02.001>
- Yap, M.B., Allen, N.B., & Sheeber, L. (2007). Using an emotion regulation framework to understand the role of temperament and family processes in risk for adolescent depressive disorders. *Clinical Child and Family Psychology Review, 10*, 180–196. <https://doi.org/10.1007/s10567-006-0014>
- Young Mun, E., Fitzgerald, H. E., Von Eye, A., Puttler, L. I., & Zucker, R. A. (2001). Temperamental characteristics as predictors of externalizing and internalizing child behavior problems in the contexts of high and low parental psychopathology. *Infant Mental Health Journal, 22*, 393–415.
- Yunes, M.A., Miranda, A.T. & Cuello, S.S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: Koller, S.H. (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*, 197-218. Casa do Psicólogo.
- Zeanah, C., & Fox, N. (2004). Temperament and attachment disorders. *Journal of Clinical Child Psychology, 33*, 32-41. https://doi.org/10.1207/S15374424JCCP3301_4
- Zhou, Q., Wang, Y., Deng, X., Eisenberg, N., Wolchik, S. A., & Tein, J. (2008). Relations of parenting and temperament to chinese children's experience of negative life events, coping efficacy, and externalizing problems. *Child Development, 79*(3), 493-513.